

PLATAFORMA POLÍTICA DO FÓRUM CATARINENSE EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO AOS CANDIDATOS E CANDIDATAS NAS ELEIÇÕES DE 2022

O Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público, que reúne sindicatos de trabalhadores do serviço público de Santa Catarina das esferas, municipal, estadual e federal, abrangendo os poderes executivo, legislativo e judiciário, totalizando um número aproximado de 370 mil trabalhadores (IBGE - DIEESE), tem protagonizado nos últimos anos atos e mobilizações que buscam a defesa real e concreta do serviço público gratuito, universal e de qualidade, bem como dos profissionais que nele trabalham, visando a construção de uma sociedade com justiça social, que distribua condições para as pessoas ter uma vida digna. Este Fórum acredita que o serviço público é um dos caminhos para trazer dignidade às pessoas.

A luta contra a reforma administrativa (proposta de emenda constitucional n. 32/20) foi o maior exemplo deste trabalho a partir de ampla articulação e união de esforços.

Agora, na atual conjuntura os sindicatos que compõem este Fórum não podem ficar neutros. A disputa eleitoral é parte da continuação da luta em defesa do serviço público. A escolha de candidatos e candidatas que, efetivamente, trabalhem pelo fortalecimento do serviço público é um dever de toda pessoa que trabalha no setor público. E, sim, temos boas opções.

Assim, neste momento o papel deste Fórum passa a ser duplo: a) apresentar uma plataforma política na qual traz alguns eixos para dar conta do fortalecimento do serviço público no Brasil; b) apresentar candidatos e candidatas que se comprometem com isso.

Por isso, o Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público vem agora manifestar sua posição em relação às eleições e pedir o posicionamento dos(as) candidatos(as) em relação aos seguintes pontos:

EIXO 1: DEMOCRACIA E SOBERANIA POPULAR

I. Defender a Democracia, a soberania popular e o livre exercício dos direitos políticos:

A conjuntura política atual exige ações contra a propagação de ideias autoritárias, como o fechamento do Supremo Tribunal Federal e a intervenção das Forças Armadas, as quais depõem contra a democracia e se caracterizam como rupturas institucionais, uma solução pela força e, portanto, contrária ao Estado Democrático de Direito.

O exercício democrático cotidiano das instituições é inegociável.

- Posicionar-se contra as ameaças às eleições e a campanha de deslegitimação da Justiça Eleitoral e do processo eletrônico de votação que causam insegurança política, institucional, judicial, econômica e social;

II. Aprofundar a democracia representativa e participativa e a liberdade de expressão:

Ao mesmo tempo que se estabelece a necessidade de ações contra o autoritarismo, também é preciso fortalecer os espaços da democracia representativa e participativa, aquela que visa a emancipação do povo, sobretudo das periferias.

- Defender reforma política, fundada no fortalecimento dos partidos políticos, que amplie a representação plural da sociedade nas casas legislativas e espaços de poder, com maior participação da classe trabalhadora, de mulheres, de negra(o)s, pessoas com deficiência e LGBTQIA+, e limitação da influência do poder econômico-financeiro nas eleições;
- Ampliar e favorecer com novas ferramentas tecnológicas os mecanismos de democracia direta e participativa, referendos, plebiscitos e leis de iniciativa popular;
- Democratizar a comunicação, com desconcentração da mídia, promoção da comunicação pública (defesa da Empresa Brasil de Comunicação - EBC) e comunitária para garantir liberdade de expressão a setores silenciados, além da pluralidade de ideias na formação da opinião pública e participação social nas políticas públicas do setor.

III. Democratizar a formulação e controle de políticas públicas:

- Retomar conferências, conselhos e outros espaços e formas de participação da sociedade civil, movimentos sindicais, sociais e universidades, na formulação e no controle da execução das políticas

públicas, adotando novas tecnologias que favoreçam essas atividades nas três esferas do Estado;

- Reestruturar e fortalecer órgãos de controle social destinados ao combate à sonegação e à corrupção, bem como, implantar medidas de transparência nas finanças públicas;
- Afirmar o papel e a obrigação dos governos (federal, estaduais e municipais) de implementar políticas fiscais progressivas e distributivas;
- Criar projetos que permitam a participação popular direta na construção das políticas de ampliação da arrecadação e controle dos investimentos do orçamento público;
- Desmontar a política de emendas parlamentares chamadas de “Orçamento Secreto” como mecanismo de corrupção e balcão de negócios no Congresso Nacional, reestabelecendo a função legislativa do parlamento;

EIXO 2: DEFESA DOS SERVIÇOS E EMPRESAS PÚBLICAS E VALORIZAÇÃO DA(O)S SERVIDORA(E)S

IV. Superar a agenda de desmonte e privatização de serviços e empresas públicas:

- Revogação da EC 95 (teto de gastos), “novo regime fiscal” que estrangula investimentos em ampliação e qualificação de serviços públicos e direitos sociais e na valorização de servidora(e)s e impede a retomada do crescimento via política econômica anticíclica, ao tempo em que não é capaz, por si, de conter o grau de endividamento público;
- Arquivamento da PEC 32/2020, cuja proposta desconfigura o que é dever do Estado no que se refere à prestação de serviços essenciais, privando pessoas que dependem destes serviços ou, na melhor das hipóteses, fazendo-as pagar por eles.
- Fortalecimento do serviço público nacional visando recuperar e ampliar a capacidade de atendimento e prestação de serviços públicos à população, por meio da recuperação das perdas salariais e qualificação das carreiras, investimento em capacitação, redimensionamento do

quadro e fornecendo condições estruturais adequadas e métodos de gestão com vistas a oferecer melhor atendimento à população;

- Interrupção e reversão do processo de privatização dos Correios, Petrobrás e Eletrobrás, haja vista a função estratégica essencial ao desenvolvimento soberano do país que possuem essas empresas, além da revogação da Lei 13.365/ 2016 que entrega do pré-sal a empresas multinacionais;
- Fortalecimento do BNDES e dos bancos públicos (BB, CEF, BNDES, BNB e outros) como financiadores de projetos para a habitação populacional, retomada e modernização tecnológica da indústria e indutores do desenvolvimento econômico sustentável;
- Revisão da política de paridade de preços internacionais dos combustíveis por meio da retomada da produção nacional de derivados de petróleo, fortalecendo a Petrobrás como uma empresa de energia indutora do crescimento e desenvolvimento nacional;
- Estímulo à indústria de produção de energias renováveis, com manutenção do setor público no controle da matriz energética do país;

V. Valorização das pessoas que trabalham no serviço público

- Aprovar medidas de justiça remuneratória e valorização da(o)s servidora(e)s e a recomposição salarial e redução de jornadas, assegurando, por lei, a garantia da database à todas as categorias do serviço público;
- Revogar os efeitos da Lei Complementar 173/2020 que interditaram a progressão nas carreiras e a reposição das perdas salariais;
- Ratificar a Convenção 158 da OIT que proíbe a demissão imotivada;
- Ratifica a Convenção 190 da OIT que visa eliminar a violência e o assédio no trabalho;
- Criar legislações específicas que tragam para o debate os sindicatos, centrais e federações para discutir a regulamentação das modalidade de trabalho não presencial no serviço público, de modo a preservar a saúde

física e mental dos trabalhadores, o direito ao desligamento, e a irreduzibilidade da renda do trabalhador;

- Opor-se à privatização, terceirização e precarização de atividades e vínculos no Serviço Público e a substituição de trabalhadores efetivos por comissionados;

EIXO 3: FORTALECER AS POLÍTICAS SOCIAIS NA SAÚDE E EDUCAÇÃO

VI. Saúde não é mercadoria: saúde pública gratuita, universal e de qualidade;

- Revogar a Lei 13.097/2015 que permite a entrada de capital estrangeiro no financiamento da saúde no Brasil;
- Garantir o piso nacional que estabelece remuneração mínima aos profissionais da saúde (enfermeiros, auxiliares e técnicos).
- Valorizar a política pública de saúde com universalização do atendimento com qualidade, revertendo as ameaças de privatização do SUS e revogando as implantações de OSs e OCIPs;
- Garantir a Saúde como Política Pública de Estado contando com gestão 100% pública do Sistema Único de Saúde (SUS), em todas as esferas e em todos os serviços, com participação efetiva do Controle Social;
- Democratizar e popularizar as conferências de saúde, garantindo que os Planos de Saúde de cada esfera de governo, bem como os Planos Plurianuais, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano de Ação de Saúde, sejam construídos com base nas diretrizes formuladas nas Conferências de Saúde, que devem ser aprovadas em políticas deliberadas pelos conselhos de saúde, para serem executadas pelos gestores, com efetiva fiscalização;
- Garantir a implementação da carga-horária de 30 horas para os trabalhadores do SUS;
- Implementar uma política pública de planejamento reprodutivo com acesso aos métodos contraceptivos que melhor correspondam às necessidades e perfil das usuárias com participação e responsabilização

dos parceiros homens – garantindo o planejamento reprodutivo e o aborto legal e seguro;

VII. Educação não é mercadoria: educação pública gratuita, universal e de qualidade

- Implementar um projeto de educação pública de qualidade e transformadora, ampliando investimentos em infraestrutura, equipamentos e pesquisa, da creche ao ensino superior, respeitando os profissionais da educação e à liberdade de cátedra;
- Valorizar os professores através do piso do magistério na carreira e ampliar para 100% o atendimento pré-escolar e creches nos próximos anos;
- Garantir que 100% dos recursos provenientes dos precatórios do antigo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) sejam destinados à educação, assim como pelo menos 60% seja direcionado para os profissionais do magistério;
- Implantar plano nacional para zerar o déficit de unidades escolares da Educação Infantil (creches) nos próximos oito anos, com equipamentos públicos, com gestão direta e garantia de qualidade;
- Implementar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE); Realizar a formação continuada aos professores e demais profissionais da rede de educação de todas as modalidades de ensino para aplicação da lei 10.639/03, que institui o ensino da História e cultura Afro-Brasileira e Africana;

EIXO 4: COMBATE CONTRA À DESIGUALDADE ECONÔMICA E SOCIAL

VIII. Promover ações imediatas de combate à fome e desenvolvimento territorial:

- Formular um Pacto de Combate à Fome e a Pobreza Local em parceria com as três esferas de Poder (municipal, estadual e federal) estabelecendo metas, estratégias e recursos, levando em consideração as especificidades das zonas urbana e rural;

- Respeitar a cultura dos povos do campo, da floresta e das águas e garantir autonomia e apoio para plantarem os alimentos que respondam às suas demandas na qualidade e quantidade necessárias, e não para atender às exigências do mercado e do agronegócio;
- Promoção da reforma agrária com o assentamento de famílias acampadas e de trabalhadores sem-terra desempregados, o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica, a garantia do direito ao território para os povos e populações tradicionais, quilombolas e indígenas.
- Assegurar o acesso universal à água potável como direito através de empresas e políticas públicas – seja através de rede geral, cisterna, ou outro sistema adequado – e, também, o acesso ao saneamento básico, à coleta de lixo residencial público, à energia elétrica e ao gás de cozinha, com o fim da mercantilização desses serviços e a garantia de preços justos para a população;
- Realizar a reforma urbana para fins de moradia, dando suporte às populações de ocupações com políticas públicas de educação, saúde, saneamento e segurança;
- Instituir uma política habitacional de interesse social que estimule que a terra tenha valor de uso;
- Criar políticas de enfrentamento à violência no campo, na floresta e nas águas e garantir políticas eficazes de segurança pública na zona rural, incluindo políticas especializadas para as mulheres;

EIXO 5: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL COM TRABALHO E DIGNIDADE

IX. Melhorias da condição econômica da população de baixa renda

- Reduzir a taxa básica de juros no país e enfrentar os pilares macroeconômicos neoliberais que ainda persistem na política econômica nacional, tais como o superávit primário, alguns pontos da lei de responsabilidade fiscal e o controle da inflação pela elevação da taxa básica de juros;

- Atualizar a tabela de imposto de renda, cuja defasagem superar 140%, fazendo com que a Falta de correção nas faixas de tributação impacta mais a população de menor poder aquisitivo;

X. Diálogo social para um novo modelo de desenvolvimento

- Dialogar com toda a sociedade, em especial com as centrais sindicais, para buscar caminhos que nos levem a superar as crises econômica, social, ambiental e política tendo como um dos planos orientadores a “Pauta da Classe Trabalhadora/CONCLAT 2022” que propõe um novo modelo de desenvolvimento autônomo, com justiça social e ambiental, além da revalorização do trabalho.

XI. Papel do Estado no desenvolvimento e na proteção social e ambiental

- Revogar da “independência do Banco Central”, vinculando-o a metas de geração de emprego. Promoção de reforma tributária progressista que tribute grandes rendimentos/fortunas;
- Adotar de políticas macroeconômicas eficazes no combate às causas da inflação, que promovam o desenvolvimento econômico sustentável com distribuição de renda, valorização e ampliação do mercado trabalho e emprego, valorização do salário-mínimo e com extensa proteção social;
- Retomar os investimentos em infraestrutura e habitação, na reindustrialização sob novas bases tecnológicas e ambientais, na reforma agrária e à economia solidária;
- Retomar as política de valorização do salário-mínimo, aplicando índice além da inflação, uma vez que é importante instrumento de estímulo econômico, redução da pobreza e da desigualdade que foi interrompida nos últimos anos;
- Redução da jornada de trabalho para até 36 horas semanais, sem redução de salário, colocando o Brasil no patamar médio da OCDE; 1112
- Adoção de programa permanente que assegure trabalho e renda de forma direta e por meio da retomada dos investimentos públicos a serem alocados em áreas estratégicas ao desenvolvimento nacional;

- Fortalecimento de programa de transferência de renda permanente, que assegure renda mínima para os brasileiros, associados à medidas de qualificação e geração de empregos;
- Retomar e ampliar as políticas públicas, com foco na diminuição das desigualdades sociais, promoção da justiça social e garantia da segurança alimentar e nutricional da população;
- Garantir a implementação das metas e defender o Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- Revogar as Reformas da Previdenciária e Trabalhista;
- Fortalecer o papel do Estado Brasileiro como indutor do desenvolvimento sustentável;

EIXO 6: DEFESA DAS INSTITUIÇÕES E LEIS DE PROTEÇÃO TRABALHISTA E SINDICAIS

XII. Defesa da Justiça e Ministério Público do Trabalho e retomada do MTE:

- Manutenção e expansão de varas trabalhistas em regiões carentes, defendendo a participação do movimento sindical no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para redefinição da política de padronização e reestruturação da Justiça do Trabalho;
- Defesa da Justiça e do Ministério Público do Trabalho e da fiscalização trabalhista, com reconstrução do MTE e reposição do quadro de pessoal por concursos públicos;
- Garantir a participação dos trabalhadores no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público.

XIII. Promoção de leis e normas para o trabalho digno:

- Reverter a reforma trabalhista, lei de terceirizações e NRs, revogando retrocessos no acesso à justiça, na proteção de direitos e da saúde e segurança do trabalhador, ampliando proteção legal a trabalhadoras e

trabalhadores por aplicativos, doméstica(o)s, autônoma(o)s e outras formas.

- Fiscalizar, combater e punir o trabalho análogo à escravidão; assim como impor sanções severas àqueles que o praticam;

XIV. Defesa da atividade sindical

- Revogar as medidas repressivas e de retrocessos contra o movimento sindical, garantindo direito de greve, negociação coletiva (Convenção 151 OIT), financiamento e livre atuação dos sindicatos.
- Enfrentar as práticas antissindicais no Serviço Público, com defesa do direito de greve, inclusive no teletrabalho, participação dos sindicatos nas discussões de interesse das categorias e nos processos de reestruturação; adoção de medidas que desembarquem a atuação de dirigentes e servidora(e)s nas atividades sindicais e garantia de licença para mandato classista sem ônus para mandatária(o)s e entidades;
- Combater a criminalização de servidores públicos que tenham cargos de representação sindical, assim como a violência institucional contra as manifestações dos trabalhadores, sejam servidores públicos ou não;

EIXO 7: DIREITOS HUMANOS E COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES

XV. Defesa e promoção dos direitos humanos e enfrentamento das opressões:

- Defender os direitos humanos, reconhecendo as diversidades sociais e religiosas, incentivando a cultura, o lazer, o desporto, a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo estrutural;
- Aprimorar o sistema de segurança pública a partir da mudança de paradigma da “guerra contra as drogas”;
- Defender e implantação de políticas públicas efetivas voltadas ao combate à violência contra a mulher;
- Priorizar a educação como forma de emancipação do ser humano desde a infância, prevenindo o trabalho e a violência infantis, bem como o fortalecimento e respeito ao ECA;

- Reforçar a política de cotas sociais e raciais para ingresso nas carreiras que compõem o serviço público nas três esferas governamentais;
- Incentivar a economia solidária, o associativismo, o cooperativismo, os arranjos produtivos locais e projetos de desenvolvimento territorial urbano e rural;
- Desenvolver uma política ambiental comprometida com a sociobiodiversidade, a defesa do meio ambiente e a solução das questões climáticas, garantindo os direitos dos povos originários definidos constitucionalmente e o reconhecimento de seus conhecimentos, aderente às medidas de proteção das riquezas naturais do país;
- Defender políticas efetivas de promoção da igualdade, da acessibilidade e sustentabilidade, com estruturação de espaços e ferramentas para enfrentamento das discriminações de qualquer natureza no Judiciário e Ministério;

Neste momento importante do exercício democrático, o Fórum escreveu esta **Plataforma Política**, a qual é um instrumento coletivo, que busca não só trazer luz para a tomada de decisão na hora de votar, mas que também serve como parâmetro para entendimento de quais candidatos ou a candidatas estão comprometidos com as pautas defendidas pelo Fórum.

Dissemos em alto e bom som: temos ótimas opções para escolher e este Fórum, a partir das candidaturas que assinam esta plataforma, faz a indicação destes nomes. A condução da política estadual e nacional passa pelos mandatos, mas também pela força e pressão que o movimento sindical deste Fórum se propõe, mas porque é isso que direciona o tipo de sociedade que queremos viver. A luta e o caminho são coletivos e a escolha de bons candidatos pode auxiliar nesta trajetória.